



VIGILÂNCIA E DESENVOLVIMENTO NA VIDA PANDEMICA: IMPRESSÕES PRELIMINARES

Eduardo Baldissera Carvalho Salles¹
Télita Venz Borges²

RESUMO:

Este artigo debruça-se sobre as repercussões da pandemia de coronavírus (COVID-19) na sociedade, dando enfoque ao emprego de novas tecnologias para a governabilidade de populações, combinando uma abordagem criminológica das técnicas de controle, com alicerces do desenvolvimento sustentável, para pôr em questão os modos de vida que nos conduziram até este precipício. Conclui-se que ao invés de desenvolvermos tecnologias examinativas aos motivos da crise vivida, vemos a naturalização de dispositivos de controle que não colocam em xeque as reais causas da pandemia. Para tanto é feito uso de material bibliográfico. Adota-se os métodos dedutivo e intuitivo.

Palavras-chave: Pandemia; Coronavírus; Novas Tecnologias; Dispositivos de segurança; Desenvolvimento

SURVEILLANCE AND DEVELOPMENT IN PANDEMIC LIFE: PRELIMINARY IMPRESSIONS

ABSTRACT:

This article focus on the repercussions of the coronavirus pandemic (COVID-19) on society, focusing on the use of new technologies for the governance of populations, combining a criminological approach to control techniques, with foundations of sustainable development, to put in question the ways of life that led us to this precipice. It is concluded that instead of developing new technologies that examine the reasons for the crisis experienced, we see the naturalization of control mechanism that do not put in check the real causes of the pandemic. For this purpose, bibliographic material is used. Deductive and intuitive methods are adopted

Keywords: Pandemic; Coronavirus; New technologies; Security mechanisms; Development

1 INTRODUÇÃO

Enquanto estamos reclusos em nossas moradias devido a pandemia de coronavírus, impõe-se um repensar de nossa organização social. Mas para isso é necessário tempo. Não é fácil escrever no calor do momento. Precisamos de uma mudança de perspectiva para ver o todo. Seja pela proximidade que nos cega, ou a distância que nos ofusca a visão, certas ideias

¹ Doutorando em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil, em cotutela com a Universidad de Sevilla (US), Sevilla, España. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Email: <eduardo@carvalhosalles.com.br>

² Mestranda em Direito, na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Chapecó, Brasil; Bacharel em Direito pela mesma Universidade. Bolsista Institucional. Email: <telita@unochapeco.edu.br>





e pensamentos só ficam em evidência quando mudamos de posição. Sobretudo quando nos propomos pensar um evento de grande magnitude como a pandemia de coronavírus e seus reflexos no direito, é importante tempo e distanciamento. Tempo para que os acontecimentos não sofram tanta interferência do que passou e distanciamento para que eles não sejam superdimensionados. O risco de escrever com pressa é usar os óculos do passado para enxergar o presente, confinando-o aos conceitos que antes nos eram habituais.

Apesar desse risco, nos aventuramos nesse desafio porque o presente impõe reflexão. Ele assim nos exige porque é difícil prever os acontecimentos vindouros a partir de nossa mirada atual. A pandemia acabou com a previsibilidade da vida comum, solapou com a expectativa daquilo que poderia ser feito amanhã. Tudo está à deriva, em suspensão: não podemos prever o que será permitido ou proibido, nossos planos a curto e médio prazo foram frustrados. Então a reflexão nesse momento serve para descobrirmos se realmente vale a pena voltarmos à “normalidade” anterior, que nos conduziu até a pandemia, ou se para recuperarmos a capacidade de saber o que ocorrerá no dia seguinte, esse nível de previsibilidade que nos é tão habitual, tenhamos que adotar novas formas de vida.

A pandemia tem abalado o nosso pequeno dia a dia. Como toda epidemia de grandes repercussões (por exemplo, a peste negra e a varíola), ela muda tanto os nossos costumes que a partir de um momento todos os nossos pensamentos a envolvem. Por isso, este trabalho não traz consigo um pensamento pronto e acabado e tampouco uma pesquisa com início, meio e fim. Como vivemos no olho do furacão, nos cabe apenas transcrever as impressões sobre a realidade movediça, dialogando nossas linhas tortas com aquilo que concomitantemente tem sido produzido na ciência, para, ensaística mente, apontar para onde vamos.

Apesar de notarmos que a solidariedade surge no repertório das pessoas, que ensaiam clamores por políticas públicas mais coesas e igualitárias, a realidade multifacetada e intercambiante a partir do sul global nos indica que o vírus não representa uma guinada global em um sentido avesso ao individualismo, ao consumismo e ao autoritarismo que marcam a atualidade. Embora esses momentos de crise sistêmica servirem para apontarmos em novos rumos, não vislumbramos a pandemia como um golpe certo no capitalismo nem uma solução mágica que solape a contradição do dogma de austeridade do neoliberalismo.

Essas crises fazem parte do capitalismo e não representam pontos de virada, mas ao contrário, constituem a continuidade de seus métodos. Além disso, transparece ingenuidade acreditar que a pandemia transformará nossas vidas de maneira estrutural e imediata, porque





essa forma de pensar ignora as relações de poder e contrapoder expressados pelas resistências dos atores que articulam os dispositivos de controle operados sobre as populações. Isto é, nossas vidas não serão facilmente recobradas, mas, ao revés, graças a concentração do capital e liquidez dos mercados, a crise econômica que vem a reboque da sanitária afetará mais cruelmente as famílias de baixa renda e os países mais desiguais.

Pior para os pobres porque são governados pela dívida, que lhes compelem a uma experiência de endividamento cada vez maior e mais perfeita. Com isso, os pobres são estimulados a contrair empréstimos impagáveis, com taxas de juros abusivas, com a intenção de manter o aprisionamento da força de trabalho. Trata-se de uma estratégia neoliberal que absorve toda espécie de subjetividade para manter os lucros em taxas elevadas. Não à toa, vemos que o sistema financeiro global corre para conceder linhas de créditos com a alegada intenção de “estimular” a economia, mas, com isso, força a retomada do trabalho para que os endividados tenham condições de pagar as salgadas dívidas contraídas com os bancos.

A presente crise de saúde ocasionada pelo coronavírus, tem suscitado uma recessão com níveis históricos de privação e desemprego, criando uma crise humana sem precedentes que atinge sobretudo os mais pobres, mulheres e crianças.

Em recente texto a (ONU, 2020) apresenta uma narrativa sobre a necessidade da proteção de empregos e empresas como meios de subsistência para a recuperação das sociedades econômicas, frisando compreender o atual momento como sendo uma crise humana, de empregos e desenvolvimento.

A partir dessa mirada crítica, nossa pretensão não é projetar o futuro pós pandêmico, mas interpretar os fenômenos vividos como uma consequência do modelo neoliberal, e cuja pandemia serve justamente para maximizar os métodos biopolíticos de controle populacional. Também combinamos essa interpretação com a sustentabilidade, no sentido em que esse modo de vida mantém uma normalidade incompatível com a existência, causando destruição no planeta e aos seres vivos, com efeitos indelévels no trabalho e na dignidade.

Para analisarmos essas questões, adota-se uma abordagem dedutiva dividida em dois pontos: em primeiro lugar vamos falar sobre a nova cultura de produção desenvolvimentista e, na sequência, sobre biopolítica e suas formas de controle. Como escrevemos em meio à pandemia, tentamos narrar as percepções que sentimos neste momento, correndo o risco de sermos demasiadamente míopes frente a magnitude daquilo que estamos imersos.



2 CORONAVÍRUS: UMA CATÁSTROFE ANUNCIADA?

O isolamento provocado pela pandemia tem estimulado muitas análises do fenômeno. O período de reclusão tem sido desfrutado para refletir sobre as consequências para nossa sociedade desde pontos de vista variados. Enquanto alguns retumbam os tambores anunciando o fim do capitalismo, outros alertam para o futuro ameaçador de controle por meio de inovações tecnológicas para rastreamento das populações. Realmente há uma catarse criativa.

Apesar da gravidade da crise sanitária e econômica, não nos parece que será a última. O sol não surgirá após as nuvens pandêmicas anunciando o alvorecer de um novo mundo. Os indicativos que colhemos apontam em sentido diametralmente contrário: a crise foi causada pelo capitalismo, que tem a utilizado para recrudescer os seus mecanismos mediante novas rotas para o lucro. Assistimos tudo isso atônitos, sob o argumento de que não há alternativas.

Mas ao invés de nos preocuparmos com os problemas de nosso dia a dia, incluindo aí as políticas adotadas pelos governos para minorar as consequências do vírus, talvez tenhamos que dar um passo atrás para interpretar o fenômeno a partir de um ponto vista mais amplo. Há alguns anos Frédéric Neyrat (2008) cunhou o termo “biopolítica das catástrofes” para se referir ao modelo de gestão do risco que nunca indaga as determinantes econômicas e antropológicas que causam as crises. É uma maneira profética e anestésica para administrar os riscos e as crises sem correr o risco de alterar as estruturas que as causam. É justamente desse jeito que temos reagido frente ao coronavírus: uma aloprada corrida para desenvolver as tecnologias mais invasivas e inovadoras para garantir que tudo permaneça como está.

Agindo assim, oculta-se a informação de que essa pandemia não é ocasional, mas foi incubada por nós mesmos quando escolhemos nos amontoar em cidades superpovoadas e, ao mesmo tempo, fazemos da produção em larga escala de aves, suínos e bovinos a forma predominante de produção de proteína animal, criando o ambiente perfeito para mutações virais geradas pela óbvia densidade populacional existente nesses espaços de confinamento.

Além disso, a devastação causada pelos rebanhos afeta a cadeia alimentar dos animais nativos, que acabam migrando para as urbes ou zonas exóticas: “Essas corporações estão tão preocupadas pelo benefício econômico, que aceitam como um risco rentável a geração e disseminação de novos vírus, externalizando os custos epidemiológicos de suas operações aos animais, às pessoas, aos ecossistemas locais, aos governos e, como podemos ver claramente na pandemia atual, ao próprio sistema econômico mundial” (LARA, 2020).



A expansão das corporações no cenário internacional, engloba o sistema alimentício e a agricultura. O sistema alimentício e a agricultura contemporânea caminham juntos de modo a projetar lucros com o menor custo e sem pensar sequer na satisfação das necessidades humanas.

No tocante à configuração do sistema econômico apenas em proveito do lucro das corporações, há evidentes prejuízos à sociedade civil, observa-se que, quando a produção de ração para os animais torna-se mais lucrativa para as corporações do que a comercialização de grãos para consumo humano, as corporações não hesitam em transformar produtos básicos, como milho e soja, por exemplo, em derivados para tratar as criações de suínos e aves.

Dados fornecidos pelo sexto inquérito da Global Feed Tonnage Survey de Alltech, em 2016, o indicador aponta que a produção mundial de ração, excede um bilhão de toneladas métricas de ração, a produção de suprimentos para alimentação animal é mais vantajosa economicamente, conseqüentemente têm prioridade de produção

O cenário atual, o novo normal pandêmico não é um cenário de ocasião quando analisamos dados como, o mencionado no parágrafo acima, isso não quer dizer que o coronavírus foi premeditado, mas sim que ele é uma construção do sistema.

A marcha do desenvolvimento, e o contexto histórico largamente complexo, principalmente quando sob a ótica contemporânea percorre-se o seu contexto histórico. Tem suas raízes, obsoletas, fragmentadas em desenvolvimento e desenvolvimento sustentável ambiental. Para melhor compreensão conceitual criamos uma espécie de linha do tempo no sentido de auxiliar a conexão dos elementos até o presentemente momento.

Um novo projeto civilizatório foi apresentado a humanidade no período pós revolução industrial, meados do séc XIX. A transição da sociedade agrícola para a industrial, conexas aos avanços da ciência e tecnologia, intensificou a busca pelo progresso, passando a ser doutrinada pela filosofia positivista. Para Comte, o método abstrair a ciência por princípio, a ordem por base, e o progresso por fim, com isto o Autor criou a definição de progresso como “uma progressão contínua na direção de um alvo determinado, [...] um melhoramento contínuo da nossa própria natureza” (COMTE, 1978).

Entre os países ocidentais, a corrida pela expansão seguia, sempre em nome do progresso, extensas áreas de florestas e seus povos originários eram dizimados, o processo de industrialização intensificou-se em contraposto a subsistência humana e as condições de



trabalho nas cidades era deficitária. É neste mesmo período que a queima de combustíveis fósseis torna-se a fonte de energia primária, degradando drasticamente o meio ambiente.

Contrassensos conduzem o senso crítico, de que à percepção contemporânea de progresso, tão almejado pós Revolução Industrial pode ser uma grande ilusão, para (Dupas, 2007) o mito do progresso, (ARRIGHI, 1997).

Precedendo o pós-guerra o mito do desenvolvimento avança, porém com saldo positivo e muito bem aceito, implementa-se o Plano Marshall, programa dos Estados Unidos para reconstrução dos países europeus destruídos pela guerra, precedendo a era do desenvolvimento moderno, feito e conhecido como riqueza econômica industrial.

O desenvolvimentismo, como ficou conhecido no Brasil, não se tratava de uma teoria econômica, mas de uma técnica para o desenvolvimento nacional, almejava, gradualmente alcançar o nível de desenvolvimento dos países centrais (desenvolvidos).

Na época fora difundida a teoria de que, os desequilíbrios ambientais, ocasionados por políticas de aceleração do crescimento, não deixariam de ser corrigidos posteriormente, quando o objetivo de renda *per capita* nos países em desenvolvimento estivesse assemelhada a dos países desenvolvidos, é neste período que as primeiras críticas ambientais ao desenvolvimentismo começaram a aparecer.

Alvorçados questionamentos pairavam, e não haviam respostas ou argumentação técnica para acalmar e dizer se o progresso traria os prejuízos, riscos, ambientais, sociais e afinal bom para quem seria?

Considerando o cenário da época, o Clube de Roma, elaborou um documento, o qual, sugeria a iminência de um colapso ambiental, o qual apenas poderia ser evitado com a adoção de medidas enérgicas, como a estagnação consumo e crescimento zero (SACHS, 2009).

Um modelo de "soma zero" desperta na Organização das Nações Unidas a inefetividade e falta respostas necessárias para enfrentamento dos desafios econômicos, ambientais e sociais, impostos globalmente. Para tanto, criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no ano de 1983. Os focos eram: a degradação do meio ambiente global e desigualdade do desenvolvimento econômico-social (BOSELNANN, 2017). A Comissão desenvolveu o relatório intitulado de "Nosso Futuro Comum", responsável por lançar o primeiro conceito formal de desenvolvimento sustentável.



O conceito, firmado na busca por mitigar as desigualdade sociais, justiça contributiva entre, as pessoas que vivem hoje e as futuras gerações, os seres humanos e a natureza (BOSELNANN, 2017).

Por fim, constata-se em nome do desenvolvimento, grandes transformações ocorreram em todo o globo terrestre, estruturas sociais, devastação ambiental, implicações econômicas, e um abalo às culturas e povos tradicionais, neste período foi apresentado a humanidade o que a afirmação feita por Arrighi em 1997, e a contemporaneidade de forma histórica constatada por nós, "o mito do desenvolvimento". Mesmo sem ter certeza sobre a origem coronavírus, há teorias que responsabilizam "megafazendas" de suínos como o consumo de animais selvagens como possíveis causas do surto viral, essa segunda hipótese não nos distancia dos efeitos diretos da produção agropecuária intensiva, uma vez que a suinocultura sofreu uma queda de 50% no último ano, por conta da contaminação com a ASF (Gripe Suína Africana) e sendo a China produtora e também consumidora de metade da carne do mundo, esta diminuição drástica da oferta de carne de porco que teria incentivado um aumento da demanda por proteína animal da fauna selvagem, uma das especialidades do mercado na cidade de Wuhan, que alguns pesquisadores têm apontado como o epicentro do coronavírus.

Se é verdade que o coronavírus nasce da pecuária industrial e tem causado tantos danos devido a destruição dos sistemas de saúde, há um aspecto interessante a serem pensado para além do capitalismo que nos habita: a cegueira deliberada de parcela da sociedade que age para impedir qualquer disrupção no sistema econômico porque está sedenta por soluções imediatistas que lhe garantam a certeza de que tudo voltará a ser como antes.

3 PARA COMBATER A PANDEMIA: DISPOSITIVOS DE CONTROLE

Será mesmo que o mundo pós pandêmico deve ser como o anterior? Vamos insistir na mesma organização social que causou tantas mortes e sofrimento? Apesar dos alertas dos especialistas, não temos esperanças de mudanças na maneira em que produzimos alimentos ou investimos em saúde pública. Ao revés, a pecuária industrial foi alçada ao patamar de atividade “essencial” por muitos governos, em contraposição aos agricultores familiares que têm sofrido o fechamento compulsório de suas feiras e mercados públicos sob o argumento de que o local concentra pessoas e é vetor de contágio. Os abatedouros de animais, todavia, continuam amontoando trabalhadores e animais em rotinas de carnificina, como se o espaço



fosse um local atemporal, excepcional, em que as regras não valem. Quanto à saúde pública, nossas impressões são ainda mais terríveis: ao invés de reforçarmos o investimento nesse setor que, há anos, vem sofrendo contingenciamentos de recursos, nota-se o incremento da privatização, com os fundos sendo atacados por corporações privadas para o combate ao coronavírus. Se é certo que em meio a crise os Estados não possuem condições materiais para fazer frente ao aumento da demanda nos sistemas de saúde, também é certo que a crise foi fabricada quando escolheu-se terceirizar as atribuições sanitárias e encerrar políticas públicas de prevenção por, supostamente, serem custosas. É, portanto, uma crise fabricada. Como dificilmente mudaremos as formas de vida e se insistirmos em derramar o dinheiro do erário àqueles que vivem de privatizar a coisa pública, a próxima epidemia tende a ser ainda pior.

Para combater a crise, os governos têm injetado bilhões no sistema financeiro. Como a voracidade do setor parece infinita, as medidas não surtem grandes efeitos: as bolsas seguem derretendo e a volatilidade do câmbio afeta setores produtivos que sobrevivem graças às exportações. Para garantir a regularidade dos comportamentos no pós-crise o setor financeiro recorre ao aprisionamento da força de trabalho, governando através da dívida. Com isso, estimulam os pobres a endividarem-se como “estímulo” da economia, constituindo um eficaz mecanismo neoliberal de gerenciamento da vida, que transforma sujeitos de direito em devedores (LAZZARATO, 2013). A culpabilização pelo fracasso recai apenas sobre esses empreendedores de si, estimulados a manter o endividamento para manter o padrão de consumo, que cresce em espiral exponencial.

Por outro lado, vemos que o coronavírus têm sido a razão ideal para que soluções tecnológicas de extração de dados pessoais, que já vinham sendo empregadas em larga escala, sejam usadas em políticas de controle populacional, como se esse fosse o melhor antídoto para os problemas vividos e que, a partir de então, serão o novo normal.

Não é nenhuma novidade que a tecnologia tem sido usada para alegada solução dos nossos problemas mais complexos. Os algoritmos são os melhores aliados do Vale do Silício por supostamente serem a expressão da verdade, impassíveis de erros. Há algum tempo eles vêm sendo empregados no oriente e no ocidente para o oferecer mercadorias e serviços conforme a preferência do cliente, avaliar o comportamento humano ou prever riscos. Como refere Morozov, depois de muito tempo de políticas neoliberais, o solucionismo tecnológico se transformou na resposta padrão para os problemas políticos: como o capitalismo venceu, a



história acabou e não podemos pensar em alternativas estruturais, usamos a tecnologia “pós-ideológica” para reparar apenas os efeitos, os danos.

Em dias pandêmicos, o controle populacional por soluções tecnológicas traz à tona como a supressão da privacidade e da intimidade são legitimados para o gerenciamento de riscos de contágio da doença. Sistemas inicialmente desenvolvidos no oriente são rapidamente importados e adaptados para o contexto ocidental e empregados por grandes conglomerados tecnológicos para uso em nossas sociedades. A China, apontada como a implementadora de sistemas de vigilância em massa e violadora de direitos humanos individuais, rapidamente se transforma em modelo de sucesso. Não se trata de acusar a China e o seu autoritarismo, mas indicar que a crise tem feito com que o neoliberalismo busque soluções rápidas para garantir que a “normalidade” volte o mais rápido possível, bem como que dispositivos de governabilidade biopolítica tem tido a sua implantação acelerada.

Como antes dito, a anunciação de um mundo vigiado e controlado nos parece mais provável do que uma guinada à esquerda. Ao contrário de Slavoj Žižek (2020), não cremos que o coronavírus seja a anunciação de uma sociedade mais solidária e democrática. Apesar da privatização, desregulação e austeridade neoliberais serem os culpados pelo colapso dos sistemas de saúde públicos, a tão anunciada cooperação entre vizinhos a partir de suas janelas não resulta em nada mais do que aplausos diários ou ações pulverizadas. A doença não parece ter impulsionado uma transformação estrutural na sociedade. Ao revés, frente ao medo de contagiar-se, os vizinhos passam a ser vetores de risco, vistos como ameaças. Nesse cenário, a tendência é que os sistemas de vigilância ganhem cada vez mais espaço para, sob o mantra de combate aos riscos do vírus, sejam futuramente empregados em novas crises. Para tanto, sequer tem sido necessárias grandes operações de guerra: as conexões já estavam prontas, preparadas para a coleta. Após anos de extração de dados por aplicativos sociais, a vigilância não é uma medida fora do roteiro habitual de operação do setor de tecnologia.

Infelizmente o capitalismo não entrou em suspensão. Há, ao contrário, o recrudescimento de suas engrenagens. Maurizio Lazzarato demonstra bem esse argumento: enquanto na França a crise tem feito com que o sistema de saúde seja reestruturado de maneira a privilegiar o setor privado, nos Estados Unidos da América a emergência transformou a pandemia em uma oportunidade para a transferência de fundos públicos a empresas privadas (LAZZARATO, 2020). Por outro lado, quem está isolado em casa permanece trabalhando à distância com metas dobradas e ainda por cima suporta o ônus da



terceirização dos custos de produção: a mesa, a cadeira, o computador, internet e a energia elétrica serão pagas pelo trabalhador, que muito provavelmente não receberá nada por isso. O “sucesso” do *homeworking* já tem sido comemorado por muitas repartições públicas e corporações e, num futuro próximo, o trabalho remoto será ampliado definitivamente para muitos outros setores da economia como a advocacia, a contabilidade e até a medicina, demonstrando que a natureza experimental de muitas coisas que temos vivido nesse período.

Também não se pode desconsiderar que para uma proporção considerável das pessoas pobres, sobretudo residentes no sul global, ficar em casa nunca foi uma opção. Quem recolhe papelão ou não trabalha em uma atividade possível de ser desenvolvida à distância (como tantos autônomos precarizados), a luta pela sobrevivência faz parte do cotidiano. Os aplicativos de *delivery* são um bom indício: no mês de março de 2020 a Rappi registrou um aumento de 300% na quantidade de cadastros de entregadores, enquanto o iFood recebeu 175 mil novos pedidos de trabalhadores buscando uma ocupação remunerada (SALOMÃO, 2020). Ficar em casa desfrutando da família e da abundância de alimentos talvez seja uma opção viável apenas para quem tem estabilidade de renda, fruto de algum bom emprego. Sem apoio dos governos, a grande massa de desempregados é o que realmente ameaça o sistema.

Eventos traumáticos que causem mortandade de milhares de pessoas costumam inaugurar um novo tempo e, a partir daí, legitimar soluções excepcionais. O incêndio do Reichstag é um bom exemplo. Com a pandemia, proliferam medidas excepcionais para impedir o contágio com o vírus. A questão que se coloca no pano de fundo é: estamos abrindo espaço para os mecanismos emergenciais do estado de exceção ou esses dispositivos já estavam sendo operados com “normalidade” em nossas sociedades, e com a crise de coronavírus estamos apenas vivendo a continuidade de lógicas já em voga?

O momento é propício para a normalização do estado de exceção, diz Agamben. Ele também refere que a tendência de usar o estado de exceção como paradigma normal de governo, constitui um círculo vicioso perverso que decorre do esgotamento do discurso do terrorismo, habitual pretexto para políticas de exceção na Europa (AGAMBEN, 2020). Para tanto, os governos fazem uso de decretos vagos e indeterminados, com tipos penais abertos, para impor toques de recolher e limitar certas liberdades, aproveitando-se do medo causado pela crise, causada pelos próprios governos que destruíram os sistemas de saúde pública.

A chegada ao ápice da relação entre vida biológica e a política é apontada por Roberto Esposito, que adota a mesma interpretação de Agamben: o primeiro sintoma desse fenômeno





é a segmentação da população, que é dividida em porções consideradas de risco e que são alvo de medidas profiláticas para proteção e distanciamento. O segundo sintoma é o duplo processo de medicalização da política e politização da medicina, por meio do qual a política se desfaz de sua inerente ideologia para adquirir um caráter asséptico de proteção de riscos, assumindo funções supostamente técnico-científicas para mascarar sua ideologia neoliberal, e, por outro lado, a prática médica incorpora vetores das decisões políticas, passando a sopesar consequências econômicas e sociais de decisões supostamente de cunho sanitário, o que explica a diversidade de opiniões médicas sobre os métodos de enfrentamento da doença. O terceiro sintoma é a mudança dos procedimentos democráticos ordinários por normas de emergência, adotadas frente ao risco de colapso social. Todavia, por mais justificável que seja, a substituição da vontade do legislador pelo estado de necessidade revela o entrelaçamento da política com a vida biológica, impulsionando rumo a práticas autoritárias (ESPOSITO, 2020).

Essa perspectiva também passa pelo que Esposito (2020) chama de síndrome imunitária: o que mais se teme não são as mortes em si, mas a exposição descontrolada a corpos estranhos, virulentos, contaminados, que colocam em xeque os parâmetros de normalidade e de previsibilidade das sociedades. Esse fenômeno já podia ser observado frente à imigração estimulada pela globalização: assim como o vírus é *estrangeiro* frente ao *corpo* humano, o ser humano *estrangeiro* é encarado como um *estranho* ao *corpo* social. Ambos os *corpos* (o humano e o social) reagem na tentativa imunitária de manter a sua *comunidade*.

Essa interpretação nos parece muito interessante, mas não serve para analisar o sul global onde a exceção é regra para quem vive nas ruas ou recolhe lixo. Não é a pandemia que trouxe a exceção para o cotidiano dessa gente, que já era confrontada com as leis de emergência e as doutrinas de segurança que estimulam a luta contra o terrorismo, o narcotráfico, o crime organizado, os imigrantes ilegais ou os vândalos dos protestos.

Os colonizados dessa parte do globo convivem com a exceção há séculos. Os europeus invadiram e conquistaram continentes inteiros com o paradigma da exceção. Negros e índios suportaram essa forma de dominação e aculturaram-se à exceção, que é regra nos trópicos.

Frente à pandemia, pouca gente se estranha com a supressão de suas liberdades. Se, por um lado, a emergência sanitária serve para normalizarmos o estado de exceção, nos parece que o controle dos corpos, operado por isolamentos compulsórios, é uma prática acessória dentro de uma lógica maior de administração da vida e da morte, da gestão de corpos, em que



o objetivo é normalizar a quantidade de cadáveres para patamares supostamente aceitáveis. Não se trata de encerrar e adestrar corpos biológicos, mas governar os resultados da crise.

Foucault nos ensina que o poder moderno é um poder biopolítico e que o seu foco é a gestão da vida, a administração dos corpos biológicos. Sua operação não se dá pela interdição de fronteiras ou isolamento de pessoas, mas pela circulação controlada. Não se impede que as pessoas vivam suas vidas, mas utiliza-se dispositivos de segurança que progressivamente anulam tais fenômenos pelos próprios fenômenos, os quais são reduzidos a marcos aceitáveis, normais, ao invés de serem proibidos terminantemente (FOUCAULT, 2008).

No curso Segurança, Território, População, Foucault ensina que o poder biopolítico opera, em um contexto epidêmico, administrando resultados e gerindo as mortes até normalizá-las. Isso significa que ao invés de tratar individualmente a doença em cada um que a contrair, ou de anular o risco de contágio pelo isolamento dos doentes - como fazia-se com a lepra - os dispositivos de segurança biopolíticos administram o risco, admitindo as mortes até chegar-se a um coeficiente aceitável (FOUCAULT, 2008). Nesse esquema, o objetivo não é salvar todos os doentes, mas administrar os resultados minorando os efeitos da doença sob a circulação, separando a boa da ruim, a pestilenta da sadia. A varíola ilustra a primeira vez em que essas políticas de controle de doentes foram transformadas em dispositivos de controle populacional. A doença foi o laboratório para gerenciamento das cidades.

Se os dispositivos disciplinares de controle dos corpos são característicos de momentos históricos anteriores, porque vemos uma miríade de respostas desse cunho sendo implementadas para o enfrentamento ao coronavírus? Não se pode desconsiderar que países interior estão sob fortes quarentenas, em que é impossível sair de casa sequer para passear. Apesar de sugerir um retorno a táticas anteriores, nos parece que essas táticas são empregadas em um contexto de falência das tentativas de administração do risco e das mortes, isto é, diante do notório colapso dos serviços de saúde pública frente a superlotação dos leitos.

Portanto, não se verifica um retorno ao poder disciplinar porque as quarentenas estão sendo combinadas com outros dispositivos biopolíticos, sugerindo que a estratégia de isolamento faz parte de um todo e é apenas uma das técnicas empregadas na crise. Conforme os sistemas de extração e categorização de dados comportamentais forem sendo desenvolvidos, veremos que as quarentenas serão substituídas pela administração das mortes, que serão normalizadas como um dado comum e esperado em planilhas de computador.



4 OS PERIGOS DO SOLUCIONISMO TECNOLÓGICO

O grande desafio do presente no campo científico é a criação de dispositivos capazes de administrar populações. Com o adensamento urbano e a acumulação de milhões de seres humanos em diminutas áreas territoriais, as cidades são onde as epidemias mais proliferam. Assim como outras doenças como a peste negra, a aceleração do contágio viral dá-se pela troca de fluídos, facilitada pela proximidade decorrente de nossos hábitos de vida urbanos. Como governar essas populações é a questão posta em evidência inclusive pela Comissão Europeia, cujo Conselho de Inovação realizou entre os dias 24 e 26 de abril de 2020 a “#EUvsVirus challenge” para levantar ideias de soluções tecnológicas para enfrentamento dos desafios relacionados com o coronavírus (EUROPEAN HACKATHON, 2020).

Telefones celulares e relógios inteligentes já são capazes de medir a temperatura corporal, o peso, a oxigenação do sangue, o ritmo cardíaco, o tempo de sono, a quantidade de passos dados, a localização, etc. As técnicas securitárias de governabilidade que tratamos funcionam mediante a extração e categorização dessas informações para instrução de políticas neoliberais. Uma pessoa obesa, sedentária e sem hábitos alimentares saudáveis pode ter mais dificuldades para contratar uma apólice de seguro ou mesmo sofrer o aumento de seu preço, por exemplo. O mesmo pode ser dito quanto a média de velocidade do seu veículo, para fins de renovação da habilitação para conduzir. Com esses mecanismos é possível “normalizar” vários comportamentos e estabelecer padrões “aceitáveis” para a prestação de serviços públicos ou privados ou mesmo para o exercício de certos direitos individuais, como, durante a pandemia, a liberdade de locomoção. Quem se recusar a compartilhar esses dados ou ter padrões fora dos “normais”, pode sofrer mais dificuldades para exercer seus direitos.

No atual estágio, a inovação em tecnologia parece ser a resposta padrão para todos os problemas humanos, como o crise, a poluição e a doença - incluindo aí o coronavírus. Mas nem todo mundo se dá conta que aplicativos de celular não resolvem problemas cuja origem é estrutural, pois limitam-se a oferecer saídas específicas, ajeitando pequenas falhas, sem pôr em questão as origens dos problemas. Sem disposição para executar mudanças sistêmicas, os adeptos desse solucionismo vão oferecer apenas curativos eletrônicos para as feridas profundas, que continuarão piorando até ferir de morte nossa sociedade. Por exemplo, como se gasta muito dinheiro com a construção de novas linhas de transporte público, os problemas de superlotação são resolvidos com o uso de *Big Data* para *administrar* a demanda: ao invés de melhorar os sistemas de transporte público, socorrem-se de aplicativos para resolver o



problema imediato e, assim, gerir o comportamento dos usuários para desencorajar viagens durante os momentos de superlotação (MOROZOV, 2020).

O solucionismo tecnológico não inova porque não se preocupa em desenvolver tecnologias disruptivas que coloquem em xeque as estruturas ou questionem marcos estruturais. Inexiste tentativa para transformar sociopoliticamente a sociedade. Os esforços adotam o mesmo paradigma de coleta de dados para monetizar-los de formas diferentes.

O fascínio no uso de dispositivos de controle para gerenciamento da crise parece estar em toda parte. Em Taiwan e Hong Kong as informações de georreferenciamento dos infectados são cruzadas mediante *Big Data* para determinar quem corre perigo de contágio. Conforme o banco de dados vai aumentando, tem sido possível mapear, simular e estimar a progressão do vírus nas diferentes áreas das cidades, como uma previsão do tempo (BELLI, 2020). Assim, câmeras de metrô têm se convertido em medidores de temperatura corporal e *smartphones*, quando analisados conjuntamente, se transformam em monitores de comportamento social.

É mais eficiente utilizar-se da tecnologia para controlar corpos do que erigir barreiras físicas (como as do isolamento) porque é possível individualizar o risco de cada um (AUST; KRÜGER; SCHOLZ, 2019). A chinesa *Alibaba*, por exemplo, lançou um aplicativo de *smartphone* chamado *Alipay Health Code*, que ilustra esse argumento. Com a intenção de classificar o risco de contágio com o coronavírus, o aplicativo analisa o comportamento dos usuários, atribuindo-lhes alertas de cor verde, amarela ou vermelha, que indicam o suposto risco de contaminação e a necessidade de restringir-se a liberdade de locomoção. Ao invés de um encerramento coletivo e indeterminado, a ferramenta permite individualizar a população. Cabe ao algoritmo, de funcionamento opaco, decidir quem deve permanecer em quarentena e quem tem direito de sair à rua (BELLI, 2020). A governabilidade é algorítmica.

Na Coreia do Sul passa o mesmo. As pessoas têm sido obrigadas a baixar um aplicativo de *smartphone* que registra e compartilha a localização com o governo, e ainda tem a capacidade de alertar o usuário e as autoridades caso a pessoa tenha estado em algum local infectado. O dispositivo sul-coreano também procede entrevistas, tem reconhecimento facial e cruza as informações com o histórico do cartão de crédito. Faz uso de todos os dados possíveis para descobrir antes mesmo do doente que ele pode estar contagiado (HAN, 2020).

A ideia foi rapidamente reproduzida no ocidente por engenheiros do MIT e da Harvard University, que criaram o *Private Kit: Safe Paths*, um aplicativo para *smartphone* que, assim



como os seus primos asiáticos, rastreia onde o usuário esteve e com quem ele cruzou na rua, e depois compartilha esses dados com outros usuários (HEAVEN, 2020). Em Moscou, na Rússia, foi implantado um sistema de monitoramento para evitar aglomerações. Os residentes da cidade devem se cadastrar em um site do governo e fazer o download de um aplicativo em seus smartphones, informando diversos dados pessoais, como números de identificação, endereço, placa de veículos, e declarar roteiros e motivos (ROBLES, 2020). Na Polônia um aplicativo denominado *Home Quarantine* entrou em operação solicitando o envio de *selfies* para provar o cumprimento do isolamento domiciliar (GATTIS, 2020), enquanto Google e Apple têm anunciado o desenvolvimento em conjunto de um aplicativo para auxiliar os usuários que tenham tido contato com os doentes (O'NEIL, 2020). O Brasil segue no mesmo caminho. Em abril de 2020 o governo divulgou que, sem necessidade de aceite do usuário, têm usado dados de operadoras de telefonia celular para monitorar aglomeração, rastreando o deslocamento de pessoas por meio da geolocalização dos *smartphones* (SOPRANA, 2020).

As análises que apontam os chineses como “culpados” da vigilância têm sido criticadas por sua hipocrisia. Os ocidentais não estão copiando as técnicas orientais porque, há muito tempo, vêm impondo uma versão especialmente perversa de vigilância em massa, tão autoritária quanto a versão chinesa. As revelações de Edward Snowden ainda permanecem no imaginário popular provando como o governo dos Estados Unidos da América coletava todas as ligações, mensagens de texto e e-mails enviados em qualquer local do mundo, operando um sistema de vigilância em massa global, com capacidade de violar a intimidade de qualquer um (SNOWDEN, 2019). Após tantos anos que as informações vieram a público, a vigilância não parece tender a ser descontinuada mas, ao contrário, tem sido reproduzida e ampliada.

A preocupação com a privacidade de dados já começou a aparecer. Apesar de ser uma questão relevante e importante de ser tratada, não nos parece o maior perigo. Até o momento, o maior risco é que essas ferramentas de vigilância se transformem no *padrão de abordagem para todos os problemas estruturais de nossas sociedades*, desde a desigualdade e o crime até mesmo desemprego, doenças e mudanças climáticas. É muito mais fácil usar tecnologia para soluções pontuais do que tratar de políticas complexas que mexam na raiz dos problemas. Conforme Morozov menciona, essa lógica “solucionista” quer perturbar e revolucionar tudo, sob o mantra da inovação, com exceção do mercado (MOROZOV, 2020).

Caso essa forma de pensar se consolide, corremos o risco de que essas políticas *discriminatórias* entre os que são *normais* e os que representam *perigo* sejam reproduzidas



em outros espaços de nosso cotidiano, influenciando inclusive nas relações comerciais privadas. Também há o risco de que as políticas públicas passem definitivamente para as mãos das corporações, que sob o argumento de que os dados seriam assépticos e não ideológicos, poderiam constituir bons guias para a instrução de políticas públicas. O risco é que o vácuo político causado pela ineficiência do Estado no combate ao vírus seja ocupado por empresas de inovação e seus dispositivos de segurança e vigilância capazes de substituir os espaços democráticos de decisão. Com essa saída autoritária (ninguém conhece o código fonte desses dispositivos nem o caráter democrático de seus dados), não estaremos estimulando formas alternativas de organização social e nem modelos econômicos não baseados no mercado, pois os aplicativos que não seguem a lógica de monetizar os dados não interessam aos investidores que patrocinam o desenvolvimento de pesquisa e inovação nessa área (MOROZOV, 2020).

Qual é o novo normal? Por um lado, reconhecemos que as regras de comportamento poderão sofrer mudanças bruscas. Os hábitos que aprendemos durante a pandemia podem ser aculturados aos demais países. Talvez as máscaras ganhem adereços e cores diferentes e virem moda - assim como na China. Entretanto, são as estratégias e dispositivos de governabilidade que, na nossa opinião, tendem a permanecer no repertório do possível. Se o teletrabalho e a educação à distância já eram processos em andamento, a pandemia serviu como um bacilo para fermentar tendências comportamentais. Dessa forma, se o rastreamento de pessoas vem sendo usado para gerenciamento de populações e diminuir o risco de contágio, é provável que as técnicas sejam apropriadas pelo mercado para intensificar as diferenças entre os que têm e os que nada têm: os padrões de normalidade serão estabelecidos por algoritmos opacos e servirão para autorizar ou proibir o oferecimento de serviços, em um modelo não tão distinto daquele já operado pela China no conhecido e controverso sistema de crédito social.

Não se pode enxergar toda a montanha durante a escalada. Se estamos no meio dos acontecimentos, é difícil fazer previsões. Se a pandemia solapou com a previsibilidade de nossa vida comum, extinguindo as possibilidades de fazer planos sobre o dia de amanhã, tampouco temos condições de prever o que ocorrerá no âmbito mais macro. Só que nessa nossa ânsia por um mínimo de previsibilidade é preciso cuidar para não cair nas falsas promessas do setor solucionista, que tem por especialidade o desenvolvimento de sistemas de



previsão. Se quisermos não repetir os erros do passado, temos que justamente abrir mãos dos paradigmas que nos trouxeram até esse presente, marcado por mortes e sofrimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia não é um erro de trajeto. Foi ela incubada por nós mesmos quando fazemos das cidades locais de superconcentração humana e, ainda, estimulamos a produção industrial de aves, suínos e bovinos em megafazendas com milhares de animais confinados, estimulando a ocorrência de mutações virais devido a alta densidade populacional. Até o momento podemos afirmar que as políticas de austeridade que destruíram os sistemas de saúde pública catalisaram a destruição ensaiada pelo vírus e que qualquer transformação do quadro exige mudanças das causas estruturais que nos conduziram até este estágio.

Contudo, o que vemos é justamente o contrário. A normalidade pós pandêmica abraça a tecnologia como solução para todos os problemas, olvidando dos perigos e enganos escondidos nas entrelinhas dos códigos fonte. Não se trata de rejeitar a ciência, mas alertar que os aplicativos não são neutros. São construídos dentro de um contexto para serem o mais disruptivos possíveis sem alterar nada estrutural. É o esforço de fazer muito, sem fazer nada. Também não se pode esquecer que baixo aos signos do “progresso” e da “eficiência”, que estão gravados no peito da racionalidade do setor tecnológico, foi possível desenvolver instrumentos para matar mais e melhor. As câmaras de gás nazistas têm origem na eficiência.

Se a crise sanitária traz a tiracolo a crise econômica, e se a recessão privará milhões de pessoas de emprego, a disrupção que esperamos do setor tecnológico é a ruptura com o sistema que nos trouxe até aqui, protegendo empregos e garantindo meios de sobrevivência para as pessoas mais pobres, conforme recomenda a Organização das Nações Unidas.

Se o caminho for a implementação de “passaportes de imunidade” para diferenciar quem pode sair à rua e quem deve ficar em casa, há o risco de vivermos em uma distopia em que o exercício da liberdade de locomoção será condicionada à concessão ou não de autorizações estatais, cuja decisão nem sempre é transparente, motivada e com pressupostos democráticos, repetindo em escala nacional aquilo que já é comum nas fronteiras, em que as pessoas são barradas simplesmente por serem indocumentados. Esse tipo de solução não resolve os problemas de desemprego e de crise humanitária, porque simplesmente usa a repressão e o controle sob os corpos para impedir que algumas pessoas (geralmente pobres) possam ocupar determinados espaços da vida pública, sejam impedidos de circular.



O que relatamos não é nada muito novo. A vigilância em massa já vinha sendo implantada a mais tempo. Agora estamos assistindo apenas a radicalização, a aceleração, de um processo em curso, e que já era perceptível em diversos setores. Importante alertar, por fim, que não há um estado malvado operando esse sistema de vigilância, mas a sua operatividade dá-se por dispositivos neoliberais nas mãos de corporações transnacionais, sendo possível intercambiar dados de vários países sem que tenham a autorização prévia. O Google, por exemplo, tem sido capaz de divulgar relatórios sobre o distanciamento social a partir de bancos de dados estabelecidos na Califórnia. Para fazer isso ele está extraindo dados de georreferenciamento de sua base de usuários. Isso, é claro, pode ser feito para vários fins.

A governança tecnocrática representa um sério risco de autoritarismo. Se os inimigos habituais (terrorismo, imigrantes, vândalos) já motivaram o levantamento de muralhas nas fronteiras e a militarização das sociedades, o emprego desses dispositivos opacos e com códigos fonte sigilosos para guiar as políticas públicas tende a esvaziar ainda mais o espaço público. Isso porque, os sistemas são herméticos e rebatem todo tipo de argumento político, como se a tecnologia fosse desprovida de interesses ou de ideologia. Com isso, garante-se a sobrevivência das mesmas estruturas sociais que nos conduziram até o abismo.

Há, claro, os arautos de um mundo melhor, que anunciam uma sociedade mais igualitária, justa e fraterna para depois que as nuvens pandêmicas nos deixarem. Dizem eles que o isolamento tem estimulado a solidariedade. (In)felizmente, temos tendência em sermos derrotistas e apocalípticos. A solidariedade que consiste em manter distâncias mútuas não é uma solidariedade que nos permite sonhar algo diferente, transformador. O vírus nos isola e individualiza. Grande parte da humanidade se esconde em uma bolha de superproteção, com medo de tudo e de todos. Que tipo de mundo melhor sairá disso? O medo de contágio nos isola, paralisa, individualiza. A tecnologia passa a ser uma aliada nesse distanciamento que piora até a distensão. Não adianta crer que depois do confinamento as pessoas passarão a ser solidárias e tampouco acreditar que a tecnologia eliminará os riscos de contágio de novas doenças. Se não reforçarmos a humanidade, a tecnologia nos afastará. Sobretudo em uma época em que o ódio e a divisão da sociedade em polos antagônicos vinham em crescente.

REFERÊNCIAS:

AGAMBEN, G. La invención de una epidemia. *In*: AMADEO, S. (org.). **Sopa de Wuhan**. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020. p. 19.





ARRIGHI, Giovani. **A ilusão do desenvolvimento**. Tradução Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

AUST, S.; KRÜGER, C; SCHOLZ, M. **Snowden: “A janela para debater nossa atitude ante a tecnologia está se fechando”**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/13/internacional/1568390496_167835.html>. Acesso em: 24 mar. 2020.

BELLI, L. **Os Big Data do coronavírus**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-09/os-big-data-do-coronavirus.html>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

BOSELDMANN, Klaus. **The principle of sustainability: transforming law and governance**. New York: Routledge, 2017.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Ceticismo positivista**. Seleção de textos José Arthur Giannotti. Tradução José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **Novos estud.** – CEBRAP, São Paulo, n. 77, p. 73-89, Mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002007000100005&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ESPOSITO, R. **Biopolítica y coronavirus. 24 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.filco.es/biopolitica-y-coronavirus/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

EUROPEAN HACKATHON. **#EUvsVirus challenge**. Disponível em: <<https://euvsvirus.org/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Trad. Eduardo Brandão. Rev. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GATTIS, N. **Aplicativo polonês exige selfie para comprovar quarentena**. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/coronavirus/noticia/aplicativo-polones-exige-selfie-para-comprovar-quarentena/98426>>. Acesso em: 30 abr. 2020.



HAN, B. **O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han.** Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

HEAVEN, W. D. **El MIT lanza una 'app' que le avisa si se ha cruzado con algún infectado.** Trad. Ana Milutinovic. Disponível em: <<https://www.technologyreview.es/s/12033/el-mit-lanza-una-app-que-le-avisa-si-se-ha-cruzado-con-algun-infectado>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

LARA, A. L. **Biopolítica de uma catástrofe anunciada.** Trad. Simone Paz Hernández. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/biopolitica-de-uma-catastrofe-anunciada/>>. Acesso em: 30 de abr. 2020.

LAZZARATO, M. ¡Es el capitalismo, estúpido! *In:* GARCÍA, F. G. **Capitalismo y Pandemia.** Buenos Aires: Editorial FilosofíaLibre, 2020.

MOROZOV, E. **La locura del solucionismo tecnológico.** Trad. Nancy Viviana Piñero. Buenos Aires: Katz Editores. 2015.

MOROZOV, E. **Solucionismo, nova aposta das elites globais.** Trad. Simone Paz. Outras Palavras. 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/solucionismo-nova-aposta-das-elites-globais/>>. Acesso em 30 abr. 2020.

NEYRAT, Frédéric. **Biopolitique des Catastrophes.** Paris: Éditions MF, 2008.

O'NEIL, P. H. **Apple and Google are building coronavirus tracking into iOS and Android.** Disponível em: <<https://www.technologyreview.com/2020/04/10/999213/apple-and-google-are-building-coronavirus-tracking-into-ios-and-android/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

ONU, 2020 **‘Um novo normal’: ONU estabelece roteiro para estimular economias e salvar empregos após COVID-19, disponível em:** <<https://nacoesunidas.org/um-novo-normal-onu-estabelece-roteiro-para-estimular-economias-e-salvar-empregos-apos-covid-19/>>. Acesso em 03 de maio de 2020

ROBLES, J.C. **Moscow's Digital Tracking 'Cyber Gulag' Helps Enforcing Lockdown by Tracking People.** Disponível em: <<https://www.techtimes.com/articles/248814/20200414/moscows-digital-tracking-cyber-gulag-helps-enforcing-lockdown-by-tracking-people.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.





SALOMÃO, K. iFood e Rappi: mais entregadores (e mais cobrança por apoio) na pandemia. Revista Exame. 18 abr. 2020. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/coronavirus-leva-mais-entregadores-e-gorjetas-aos-apps-de-delivery/>>. Acesso em: 3 mai. 2020.

SNOWDEN, E. **Eterna vigilância**: Como montei e desvendei o maior sistema de espionagem do mundo. São Paulo: Planeta, 2019.

SOPRANA, P. **Governo vai usar dados de operadoras para monitorar aglomeração na pandemia**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/governo-vai-usar-dados-de-operadoras-para-monitorar-deslocamentos-na-pandemia.shtml>>. Acesso em: 5 abr. 2020.

UNITED NATIONS, Commission on Sustainable Development. **Indicators of Sustainable Development: Framework and Methodologies**, United Nations Sales Publication n. E.96.II.A.16, New York, 1996.

UNITED NATIONS, General Assembly. **Transforming our world**: The 2030 Agenda for Sustainable Development. 2015.

UNITED NATIONS, World Commission on environment and development. **Our common future**: Report of the World Commission on environment and development. 1987.

ŽIŽEK, S. **Bem-vindo ao deserto do viral! Coronavírus e a reinvenção do comunismo**. Trad. Artur Renzo. Disponível em: <<https://suplementopernambuco.com.br/artigos/2442-slavoj-%C5%BEi%C5%BEek-bem-vindo-ao-deserto-do-viral-2.html>>. Acesso em 24 mar. 2020.